

que deveria ser seguida por outros órgãos da Imprensa Cabofriense, dando destaque ao Legislativo Cabofriense. Placou críticas de sua autoria a Imprensa no Município, mas que sua intenção era a de dar real destaque ao que compete ao Poder Legislativo, disse: Poder político do Município Reguntou que, uma Câmara mente não representa o respeito do povo e como exemplo citou a quase total renovação do Legislativo Cabofriense. Disse que a matéria publicada no Pluminense de sua autoria era no sentido de que através de proposição a ser apresentada à Comissão Nacional de Alcaides, aproveitasse em suas administrações, a mão de obra cabofriense preferencialmente. Disse que, outros trabalhos, de outros Vereadores, não haviam sido mencionados pelo sentido da Imprensa. Placou ainda de outro Reguntante o ser enviado o Alcaide no sentido de que a futura ento do Conselho Importado pela Alcaide fosse feita em Cabo Frio, para benefício maior de economia municipal. Reguntou a publicação do "Dia do Entivador" e Marco de Aplausos a ser enviado ao Sindicato, Sindicato que agrupava homens que contribuíam de maneira decisiva para o progresso do Município, e que no âmbito do desenvolvimento do Município, o entivador, tinha lugar de destaque. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, marcou outra reunião ordinária, para quinta-feira, dia vinte de outubro, às dezesseis horas, encerrou a presente S., para constar, mandou que se lavrasse ento Ata que, depois de lida, submetida à apreciação plenária, aprovada, será assinada, para que produza os seus efeitos legais.

M. S. P.

Ata da Décima Sexta Reunião  
Ordinária, do Segundo Período  
Ordinário, do ano de mil, nove  
centos e oitenta e três (1983) rec  
Pizada no dia vinte de outubro  
do ano em curso.

As dezesseis horas, trinta minutos do dia em

de de outubro do ano de mil e novecentos e oitenta e três (1983), sob a  
 presidência do Vereador Haurio José de Aguiar (Vice-Presidente), e com a  
 ocupação da primeira secretaria pelo Vereador Octávio Raja Galvão, seu-  
 ntu-se ordinariamente à Câmara Municipal de Cabo Frio. Além desses, respon-  
 deram o chamado nominal os seguintes Vereadores: Ana Elisa Mathias dos Sa-  
 los Correia, Antônio Carlos de Carvalho Almeida, Duplei Pereira da Silva, Dionísio  
 do Nascimento, Sílvia dos Santos Figueira, Walter de Barros Ferreira, Virgínia Cor-  
 reia de Souza. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, em exercício,  
 em nome de Deus, declarou aberta a presente reunião. A seguir, foi lida e apro-  
 vada a Ata da Sessão anterior. Renovação Ordinária, realizada no dia dezoito de  
 outubro do ano em curso. Logo após, o Senhor Presidente, em exercício, determino  
 a leitura do EXPEDIENTE, que conlui do seguinte: Hecação nº 34183, de autoria  
 do Vereador Amílcar Carlos de Oliveira, Hecação de Afastamento do Senhor Ruy Edson Pe-  
 reira, gerente da Agência da Caixa Econômica Federal em nosso Município, Hecação  
 nº 35183, da lauro do Vereador Acyr Silva da Rocha, Hecação de Pensão, à família do  
 Senhor Wolney Teixeira de Souza, pelo seu falecimento, Hecação nº 36183, da lauro do  
 Vereador Virgínia Correia de Souza, que seja concedida Hecação de Afastamento a Anu-  
 ciacão dos Empregados do Comércio Atacadistas e Similares da Região dos Lagos -  
 APERLAGOS, sua Diretoria eleta, Requerimento nº 94183, do mesmo autor, que seja  
 enviado ao Côdier do P.M.D.B., expediente, Deputado Freitas Nobres, solicitando apro-  
 vimento para o Projeto de Lei nº 1.006/1983, de autoria do Senhor Benedito Sam-  
 paio, no nome Lei, Requerimento nº 95183, do mesmo autor, que seja enviado ofi-  
 cio ao Côdier do P.M.D.B., Deputado Freitas Nobres, solicitando apro-  
 vimento para o Projeto de Lei nº 880/1983, de autoria do Senhor Deputado Benedito Sam-  
 paio, no nome Lei, Indicação nº 225183, da lauro do Vereador Geraldo Jamon Neven, solici-  
 ta ao Agente da CBRJ em Cabo Frio, providências quanto a iluminação do Anuário de  
 Cabo Frio, Indicação nº 226183, de autoria do Vereador Acyr Silva da Rocha, solicita a  
 compensação do acervo de Wolney Teixeira e Souza ao Patrimônio Municipal. Terminada  
 a leitura do Expediente e, não havendo outras matérias, o Senhor Presidente, em  
 exercício, de imediato, transportou os trabalhos à ORDEM DO DIA. Nesta etapa, foram  
 apreciadas as seguintes matérias. Aprovadas as Hecações nº 34183, de autoria  
 do Vereador Amílcar Carlos de Oliveira, 35183, da lauro do Vereador Virgínia Correia  
 de Souza, 36183, da lauro do Vereador Acyr Silva da Rocha e 36183, de autoria do

Vereador Virgínia Correa de Souza, Aprovados também os Requerimentos nº 95 e 96/83 de autoria do Vereador Virgínia Correa de Souza. Aprovados também os Indicações nº 225/83, da autoria do Vereador Geraldine Janine Neves, 226/83, de autoria do Vereador Geyn Silva da Rocha. Por último foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, os seguintes Projetos: Projeto de Lei nº 316/83, contendo Renúncia Executiva nº 113/83, Projeto de Resolução nº 21/83. Terminada a Ordem do Dia, franqueada a palavra para EXPLICAÇÕES PESSOAIS, fez uso da mesma o Vereador OCTÁVIO PASTA GABAGUA, dirigindo-se ao Vereador Antônio Carlos de Carvalho Almeida do PSD disse que fora mal interpretado pelo mesmo, durante encaminhamento de matéria sobre iluminação pública no Município e que, em absoluto não culpava o Bancada do PSD mas sim a Casa Legislativa pela sua representatividade, junto que, o convênio proposto pela CERJ, mereceria um estudo mais profundo por parte dos Vereadores em seu todo, dizendo que faltava coragem política para a discussão do problema, sob seus mais diversos aspectos. Quanto a dívida para com a CERJ, enfatizou que, a dívida era do Município e não deste ou aquele Prefeito, e que a mesma exigia uma solução. Comunicou ao Plenário o seguinte: calçamento da junção do Rua Manoel Turibio de Januário com a Entrada Bento Ribeiro Dentas, com o calçamento sendo fornecida por empreendedores particulares, num total de quatrocentos metros de obra, obra esta localizada em Búrbios. Calçamento da entrada que demanda o Irmão de João Fernandes, através da ECA, embora não fosse responsabilidade da Empresa Britânica projeto que veio abertura de Avenida no mangueira do Canal Itajuruí, dizendo que devia serem abertos espaços para os tremores, não para os automóveis, visto que a natureza do área, e que a mesma merecia um tratamento paisagístico de qualidade com a implantação inclusive de comércio adequada. Disse também que como arquiteto, colaboraria gratuitamente na elaboração de projetos. Registrou críticas a Auto Viação Sulmineira, dizendo que toda semana um Vereador fazia pronunciamentos a respeito da precariedade dos serviços e que nenhuma providência ainda fora tomada, e mais, que ainda não fora respondida sua solicitação no sentido de que fosse apresentado a Casa, documento que comprovasse as diversas concessões da Auto Viação Sulmineira, no sentido de que foi de sua autoria poderia ser viabilizado para benefício maior principalmente de crianças em idade escolar. Finalizando, enfatizou que a Lei, inclusive fora publicada em jornais e que a Legitimava logo após, fez uso da palavra o Vereador DIRLEY PEREIRA DA SILVA, manifestou sua

fidelidade ao pronunciamento do Vereador Octávio Raja Gabaglia quanto a Gu  
 la Praça Salomina, e os péssimos serviços prestados pela Empresa, criticando tam  
 bém a Administração Municipal por sua omissão e conivência. Quanto ao proble  
 ma de Iluminação Pública, disse que o problema era da alçada do Prefeito Hor  
 nês e que o débito para com a CERS tinha que ser pago, embora grande parte do me  
 smo fosse produzido no Governo também do PMDB, do Prefeito José Benfácio Ferreira  
 Novellino. Continuando disse que a Bancada do PMDB, tentava tirar a responsabi  
 lidade do Prefeito, colocar o problema para a Regulativa e que obviamente, não  
 concordava com o Vereador Octávio Raja Gabaglia e que a criação da TIP, era um pro  
 blema imergorável e que a Bancada do PSD, não tentava a tática de discussão para  
 cumprir o projeto noitada, mais uma taxa. Esclareceu o voto de Congregação do 20.45,  
 que o Caso Regulativa precisava dar também uma demonstração de independência  
 e autonomia, mormente a bancada do PMDB que vivia a margem do Poder Executivo  
 e Municipal, e que a dita bancada deveria fazer político em alto nível, sem favoreci  
 mentos e clientelismo político e que era comum nos vereadores do PMDB. Solicitou  
 que a Bancada do PMDB, não combatesse apenas os maldades de decreto lei, mas tam  
 bém a partir daquele momento se preocupassem com a situação do funcionalismo mu  
 nicipal, pois já se ouviam rumores que algum problema estaria havendo  
 com relação ao próximo reajustamento salarial. Afirmando que o Prefeito Hor  
 nês, refletia nele por conta dos funcionários municipais, eu seja, nele por conta a  
 baixa do índice oficial. Esclareceu que era necessário ser abunhada a parcela  
 de responsabilidade por parte dos vereadores, e que tivesse a Bancada do PMDB a  
 coragem e a dignidade de na Câmara, e não deixarem remanar com o Prefeito  
 exigir do mesmo um melhor tratamento para o funcionalismo municipal. Finalizan  
 do disse que era necessário ser cumprido e que o Prefeito prometera em Praça pú  
 blica, Justiça Social, e que a Bancada do PSD, estaria se colocando sempre em defesa  
 das grandes causas populares, e que o problema do reajuste salarial do funcionari  
 mo era uma grande causa, não deveria ser apenas uma causa da Bancada do PMDB,  
 mas de toda a Câmara. Em seguida, fez uso da palavra o Vereador ALCINEDES FER  
 REIRA DE SOUZA, manifestou seu pesar pelo falecimento do grande orador plático,  
 Welney Teixeira de Souza, e fez comentários sobre a personalidade do ilustre fale  
 cido, afirmando que o mesmo fora por sua obra e caráter, estava perpetuado na his  
 tória do município de Palo São. Relatou fato de natureza particular tendo como referên

cia, determinado cidadão que, pelo Vereador Gleineides mitria ódio de morte e que considerou uma injúria ou desconhecimento da pessoa quanto ao seu procedimento sempre correto e em defesa das causas dos menos favorecidos. Disse que o incidente envolveu fiscal de nome Anamar, que a Administração Municipal ao procurar o rapaz dispensou o referido cidadão, também funcionário Municipal, lotado na Guarda Municipal e ainda que o seu nome fosse citado como irmão do referido fiscal, mais, que não tivera a honra de conhecer sequer o Guarda demitido de nome Antônio Rennde e qual posteriormente procurara para desfazer o equívoco. Ao encerrar o relato do incidente, afirmou que usaria, disse afirmou que jamais usaria do seu cargo para desempregar um inimigo, quanto mais a um trabalhador, e que tudo fora maquiagem de pessoas interessadas em prejudicar a sua imagem como homem público e cumpridor dos seus deveres com a comunidade. Rebatou com veracidade e que considerou boatos maldosos, segundo os quais, a CERJ estaria se negando a substituir lâmpadas queimadas no Município e garantiu que sempre que solicitado a Empresa concessionária não se fustava as suas obrigações. Agradeceu ao Prefeito Municipal em nome da comunidade da Gamboa a reativação da Guarda da Zona Feliciano Dadié, para reprimir atos de vandalismo contra a iluminação da referida via de acesso ao Bairro e também a recuperação do sistema de iluminação, para manter no equilíbrio das unidades. Finalizou dizendo não ter inveja da dignidade do Vereador Da Luz Pereira da Silva mesmo porque tinha o dobro da idade do jovem edil e que nem ele tinha que viver muito ainda, para provar a mesma dignidade por ele mantida incólume no longo de quarenta e cinco anos de vivência, e que, não temia o julgamento da opinião pública porque tinha o cetera do dever cumprido. Em seguida, fez uso da palavra o Vereador GERALDINO FARIAS NEVES, iniciou dizendo que era fato comum o posicionamento da Bancada do PMDB, sempre contrária as indicações originárias do PSD. Criticou aos Vereadores Octávio Raja Cabaglia e Quintiano Queiroz de Oliveira por terem votado contra em indicação de sua autoria na qual solicitava providências a CERJ quanto a deficiência de iluminação pública no Município, com repercussão maior em Anraial do Cabo. Acusou o PMDB, de ser uma legenda que era urbana e viciosa em enganar ao povo cabofriense e que era responsável de não pagar o pagamento do débito da Prefeitura para com a CERJ. Disse ainda, que a população vivia subversalizada fora ao grande número de arrebitos proporcionados pela penumbra em que vivia a cidade, praticamente sem as condições de iluminação

pública de responsabilidade tanto da CERJ como da Prefeitura, como já fizera  
 anteriormente o Vereador Octávio Raja Galaglia e também com referência aos servi-  
 ços realizados da Auto Viação Salimena, nem que nenhuma providência fosse tomada  
 pela Prefeitura. Teceu ainda, uma série de críticas a Auto Viação Salimena e reiterou  
 apelo no sentido de que fossem tomadas as devidas providências. Denunciou alguns  
 Vereadores do PMDB que vinham se beneficiando com a Salimena em troca de im-  
 pugnatos e que assim sendo caíam no quanto as deficiências. Criticou o Atributo  
 tração Municipal pelo critério adotado na elevação dos índices salariais do funcio-  
 nário municipal, e ainda que o PMDB, não sabia enganar o povo. Solicitou mais uma  
 vez, dirigindo-se ao líder do Prefeito Vereador Walter de Barros Teixeira, providen-  
 ças quanto a cobertura para passageiros localizada na Praça 31 de março em Os-  
 niaval do Cabo, a qual encontrava-se em estado precário, também melhorias para a  
 Rua Vereador Simão em estado também deplorável. Em seguida fez uso da pala-  
 vra o Vereador AÍRES BESSA DE FIGUEIREDO, criticou o Banco do PDS, pelas pronun-  
 ciamentos naquela reunião, afirmando que os mesmos eram confusos e sem contá-  
 do prática e ainda, que o Vereador Genaldino Januário Neves torcera de bustos os eleito-  
 ras do município por não obedecerem ao sua opinião, opinião do Vereador do PDS, exceto  
 terem suas representantes. Continuando, disse que notadamente, nos duas últimas  
 eleições, o povo escolheu o PMDB, com largas margens de votos e que notoriamen-  
 te demonstrava que o PMDB, vinha honrando seus compromissos para com a comu-  
 nidade cabofrense. Recomendou moderação a Bancada do PDS, e mais ainda, pende-  
 ração no trato da conjuntura política no município como fórmula para não para não  
 cair em uma vez mais no descrédito da população. Quanto ao fato dos Vereadores do  
 PDS, estarem dizendo que o Prefeito não daria aumento ao funcionalismo municipal, a-  
 firmou que tudo não passava de mais uma manobra para confundir e levar inquieti-  
 ção aos servidores. Continuando, disse que o Prefeito estava dialogando com os servi-  
 ços municipais numa prova de atenção e responsabilidade para com os problemas admi-  
 nistrativos do município, e que haveria ainda a possibilidade de ser concedido o décimo  
 terceiro salário. Logo após, fez uso da palavra o Vereador WALTER DE BARROS TEIXEIRA,  
 iniciou dizendo que a Tribuna da Câmara deveria ser usada apenas quando o homem  
 público realmente tivesse pronunciamentos de responsabilidade, e que vissemos sempre  
 com o Cabo, e não admita que o decano fosse ferido muito antes dos atuais Vereadores  
 existirem e gerarem anteriores de política ou locais já estavam conjugados, limbo

que nos respeitadas. Disse que dois Vereadores do PSD, se colocavam muito mal na  
Câmara, que estavam levando o Partido no descrédito popular, e que deveria ser seguida  
o exemplo do senhor Antônio Pereira de Souza, que se retirou do PSD, e que  
comportamento o optimum do homem público. Disse, do resto ao sr. D. Dinley Pereira  
da Silva disse que o mesmo não tinha o direito de acusar a Bancada do PMDB de in-  
digna, e que pelo simples fato de na Câmara estarem dez Vereadores do PMDB, e não do  
PSD, já poderia ser considerado como uma falta ao ponto de acusação de...  
D. Dinley Pereira de Silva, e que faltava tanto ao Vereador Dinley Pereira da Silva como ao Vere-  
ador Geraldo Soares Neves, aí sim, a dignidade de assumirem suas posições, pois  
eram Vereadores constitucionais, sem fim de mais, e que pertenciam a um Partido respon-  
sável pela atual conjuntura mácia econômica da Bahia, e que aprovaram medidas de  
economia em Brasília, para anunciar por o Congresso Nacional, e que se não fosse  
o seu Partido, o PMDB, votaria em favor contra o 2048, para ver o desenvolvimento do  
gostar todos os trabalhadores habitantes, e que o direito de vida, ou o direito a  
prognóstico do País, incanhou sobre o mesmo, e política local, e com o tempo a  
críticas ao partido governante. Disse então entendendo que o documento de Dinley Pe-  
reira da Silva, tivesse a conação de camuflar como um "néptis" que votava, imbuído  
naquele no Cabo favoravelmente, que arbitramos Requerimentos solidários como os de  
mais Vereadores, o respeito da LDI, e agora, e o direito de curules e no mandato, a  
totalidade o que antes se manifestara como favorável. Continuando, disse que este  
na verdade um comportamento indigno, e devido da confiabilidade do povo, e que  
o Vereador Dinley Pereira da Silva, após emitir tal documento, deveria renunciar ao  
seu mandato. Como último comentário, disse que o Vereador Virgínio Correa de Souza,  
Vereador VIRGINIO CORREA DE SOUZA, alegou Projeto de lei de autoria do Deputado  
Federal José Carlos Campaio versando sobre repasse nos professores as importâncias  
devidas pelos estabelecimentos o título de imposto de renda e contribuições presiden-  
ciais, e que o Conselho do PMDB na Câmara Municipal por seu intermédio enca-  
minhou expediente ao Sr. Euclides Nobre com a solidariedade expressa em Plená-  
ria. Glorizou também o problema dos dez por cento das "ganças", afirmando que o  
PMDB, deveria ter uma participação efetiva na resolução do problema, e teve comen-  
tários sobre as dificuldades vividas pela população classe, e que completamente de-  
protegida socialmente, e que a participação do PMDB, mais uma vez era represen-  
tada pela luta do Deputado José Carlos Campaio sempre preocupado com os proble-

de ordem social, e mais uma vez também o Bancado do PMDB, na Câmara Municipal de Cabo Frio enviaram expediente manifestando sua solidariedade ao Deputado Vereador Campinho. Registrou sua presença na posse de Diretoria do Sindicato dos Empregados em Hotéis e afins no Município e congratulou-se com a Diretoria, a qual entregou cópia do Projeto de Lei de autoria do Deputado Vereador Campinho de intermediação da classe. Finalizando, abordou emenda a Constituição Federal de autoria do Deputado Benedito Fontes do PMDB, cujo objetivo era garantir pelo prazo de um ano a fidelidade partidária, o que considerou importante, e mais que tal emenda contava com o apoio do Presidente da República, e que Cabotino sentia a oportunidade para que pedebistas com sangue socialista mudarem de Partido. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, marcou uma reunião ordinária para terça-feira, dia vinte e cinco, às dez horas horas e encerrou a presente. E para constar, mandou que se lavrasse esta Ata que, depois de lida, submetida à apreciação plenária, aprovada, será arquivada, para que produza os seus efeitos legais.

Ata da Décima Sétima Reunião  
Ordinária do Segundo Triênio  
Ordinária, do ano de mil, nove  
centos e oitenta e três (1983), reali-  
zada no dia vinte e cinco de outu-  
bro, do ano em curso.

No dezessete horas e quinze minutos do dia vinte e cinco de outubro, do ano de mil, novecentos e oitenta e três, sob a presidência do Senhor Manoel José de Aguiar ("had-oc"), diga, Manoel José de Aguiar - Vice-Presidente e com a ocupação da primeira secretaria pelo Senhor Walfon de Brito Teixeira ("had-oc"), da segunda pelo Senhor Aguiar Silva da Rocha, reuniu-se ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além disso, participou a chamada nominal os seguintes Vereadores: Osmar Brito de Figueiredo, Antônio Carlos de Carvalho Almeida, Ana Lígia Mattiar dos Santos Corrêa, Benedito Fontes de Sousa, Nilley Pereira da Silva,